



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DO ESPÍRITO SANTO  
CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CARGO DE “DELEGADO DE POLÍCIA”**

**LIBERAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO  
PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA E GABARITO DEFINITIVO DO CANDIDATO**

**RESULTADO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DA  
PROVA OBJETIVA**

**A – QUESTÕES ANULADAS**

**I - Enunciado da questão (Direito Penal)**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz em seu bojo normas para a proteção à criança e ao adolescente. Além disso, define crimes, visando à proteção de bens jurídicos considerados relevantes. O Estatuto do Desarmamento (ED), por sua vez, veio regulamentar o registro, posse e comercialização de armas de fogo, bem como criar restrições e consequentes sanções se descumpridas as determinações legais. Em observância aos crimes previstos no art. 242 do ECA (Lei nº 8.069/90), e no art. 16, caput e parágrafo único, inciso V do ED (Lei nº 10.826/2003), podemos considerar INCORRETO afirmar que:

Alternativa 1 - a partir da conduta prevista no ED, aquele que vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo de uso restrito ou permitido a criança ou adolescente estará sujeito a pena cominada para o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

Alternativa 2 - com o advento do ED, foi derogada a proibição de vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma de fogo.

Alternativa 3 - nos casos em que o agente praticar conduta de vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente, prevalece a aplicação do ED.

Alternativa 4 - nos casos em que o agente praticar conduta de vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, munição ou explosivo a criança ou adolescente, prevalece a aplicação do ECA.

Alternativa 5 - nos casos em que o agente praticar conduta de vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma branca, prevalece a aplicação do ECA.

Resultado do julgamento dos recursos: QUESTÃO ANULADA

Justificativa:



Conforme se observa no enunciado da questão o candidato deveria identificar a alternativa incorreta.

O gabarito preliminar apontado para a questão foi o seguinte: “nos casos em que o agente praticar conduta de vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, munição ou explosivo a criança ou adolescente, prevalece a aplicação do ECA. ”.

Entretanto, havia duas alternativas incorretas. Uma das alternativas que deveria estar correta dizia: “com o advento do ED, foi derogada a proibição de vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma de fogo.”.

Esta alternativa também estava incorreta, pois faltou incluir em seu texto que tendo em vista a nova tipificação trazida pelo Estatuto do Desarmamento a derrogação se referia a uma das possíveis formas de se interpretar a proibição de vender, fornecer ou entregar arma a criança ou adolescente, que se extrai da leitura e interpretação do ECA.

Como é sabido, com o advento do Estatuto do Desarmamento, posteriormente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ocorreu uma derrogação tácita do art. 242 do ECA, no que diz respeito a venda, fornecimento ou entrega de arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente. Desse modo, o art. 242 do ECA permanece vigente, mas somente se aplica quando a venda, fornecimento ou entrega for de qualquer outra arma, que não arma de fogo.

## II - Enunciado da questão (Direito Processual Penal)

A respeito da Lei 9.099/95, assinale a alternativa correta.

Alternativa 1 - No âmbito do juizado especial criminal, não se admite, em nenhuma hipótese, a citação pela via editalícia.

Alternativa 2 - Não se aplica no âmbito da lei 9.099/95 o princípio da identidade física do juiz.

Alternativa 3 - O instituto da composição dos danos civis, previsto na lei 9.099/95, uma vez homologado pelo juiz, acarretará, independentemente da natureza da ação penal do crime de menor potencial ofensivo, a extinção da punibilidade do agente.

Alternativa 4 - As disposições da lei 9.099/95 não se aplicam no âmbito da justiça militar.

Alternativa 5 - De acordo com o STF, a sentença de homologação da transação penal faz coisa julgada material.

Resultado do julgamento dos recursos: QUESTÃO ANULADA

Justificativa:



As alternativas “No âmbito do juizado especial criminal, não se admite, em nenhuma hipótese, a citação pela via editalícia.” e “As disposições da lei 9.099/95 não se aplicam no âmbito da justiça militar.” estão corretas.

### III - Enunciado da questão (Direito Administrativo)

Levando em consideração a responsabilidade civil do Estado é INCORRETO afirmar que:

Alternativa 1 - O prazo prescricional para propositura de ação de responsabilidade civil contra o Estado é de 3 (três) anos.

Alternativa 2 - A ação de ressarcimento do Estado contra o agente público que produziu o dano é imprescritível.

Alternativa 3 - O Estado responde de forma objetiva pelas suas omissões quando tinha o dever legal específico de agir para impedir o dano.

Alternativa 4 - A ação de regresso deve demonstrar o nexo causal da ação do agente público e o dano causado.

Alternativa 5 - O direito de regresso contra o servidor público é assegurado nos casos de dolo ou culpa.

Resultado do julgamento dos recursos: QUESTÃO ANULADA

Justificativa:

A questão se refere às alternativas incorretas. Entretanto, há de fato mais de uma alternativa incorreta. A alternativa incorreta indicada no gabarito preliminar é "O prazo prescricional para propositura de ação de responsabilidade civil contra o Estado é de 3 (três) anos."

Além desta, a alternativa: "A ação de ressarcimento do Estado contra o agente público que produziu o dano é imprescritível" está incorreta, pois o plenário do STF decidiu no Recurso Extraordinário 852475, em 08 de agosto de 2018, que trata de um tema de repercussão geral 897 - Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa. O Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 37, § 5º, da Constituição Federal, se é prescritível, ou não, a ação de ressarcimento ao erário fundada em ato tipificado como ilícito de improbidade administrativa. A tese estabelecida pelo STF foi de que são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas **na prática de ato doloso** tipificado na Lei de Improbidade Administrativa. A alternativa está incorreta pois ela não discrimina que apenas os atos dolosos são imprescritíveis.

### IV - Enunciado da questão (Direito Constitucional)



O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Não é competência do Congresso Nacional

Alternativa 1 - conceder anistia.

Alternativa 2 - autorizar a realização de referendo e convocar plebiscito nacional.

Alternativa 3 - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

Alternativa 4 - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

Alternativa 5 - mudar temporariamente a sede do Congresso Nacional.

Resultado do julgamento dos recursos: QUESTÃO ANULADA

Justificativa:

A questão tem duas respostas. O Congresso não possui a atribuição para julgar o Presidente da República - o que a CF/88 confere ao Senado, de igual modo, também não se pode afirmar que o mesmo Congresso teria a prerrogativa de conceder anistia.

A prerrogativa do Congresso, não é para conceder anistia. A Constituição Federal estabelece em seu Art. 48 que "Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: (...) VIII - concessão de anistia;"

De fato, há uma ambiguidade na resposta que induz a duas alternativas incorretas que não são de competência do Congresso Nacional.

#### V - Enunciado da questão (Direito Civil)

O Código Civil regula um amplo leque de relações jurídicas privadas, estabelecendo regras atinentes aos direitos da pessoa natural. Tendo em vista o que tais regras dispõem, leia as afirmativas a seguir.

I - O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitações voluntárias, desde que o titular seja maior e capaz.

II - O nome da pessoa natural é um direito da personalidade, no qual estão inclusos o nome e o sobrenome.

III - A autorização legal para a abertura da sucessão definitiva se dá com o fim da pessoa natural pela morte ou, após 3 anos, quando esta ela é declarada ausente.



IV - Aqueles que, momentaneamente, não puderem, por causa transitória ou permanente, exprimir sua vontade, são considerados relativamente incapazes.

V - Uma das hipóteses de cessação da incapacidade para o menor de 16 anos completos ocorre quando este ele tem relação de emprego, desde que, em função desta ocupação, o menor possua economia própria.

Indique a opção que contempla a(s) assertiva(s) correta(s).

Alternativa 1 - II, III, IV e V.

Alternativa 2 - I, II e III, apenas.

Alternativa 3 - I e IV, apenas.

Alternativa 4 - II e V, apenas.

Alternativa 5 - III e IV, apenas.

Resultado do julgamento dos recursos: QUESTÃO ANULADA

Justificativa:

Apenas as alternativas "- O nome da pessoa natural é um direito da personalidade, no qual estão inclusos o nome e o sobrenome" e "Aqueles que, momentaneamente, não puderem, por causa transitória ou permanente, exprimir sua vontade, são considerados relativamente incapazes" estão corretas. Todavia, não há opção de marcação destas duas opções no gabarito.

#### VI - Enunciado da questão (Direito Civil)

Tendo em vista as regras do Código Civil que tratam de bens, marque a opção correta:

Alternativa 1 - Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Alternativa 2 - A vontade das partes não pode tornar bens naturalmente divisíveis em indivisíveis, mas apenas por determinação legal.

Alternativa 3 - Materiais destinados à construção readquirem a qualidade de bens móveis após serem utilizados em construção e forem produto de demolição.

Alternativa 4 - As benfeitorias são melhoramentos que podem ocorrer sem a ação do detentor, mas com a ação do proprietário e do possuidor.

Alternativa 5 - Bem acessório é aquele que existe sobre si, abstrata e concretamente; e o principal é o que depende da vontade do proprietário.



Resultado do julgamento dos recursos: QUESTÃO ANULADA

Justificativa:

Ambas alternativas "Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião" e "Materiais destinados à construção readquirem a qualidade de bens móveis após serem utilizados em construção e forem produto de demolição" estão corretas.

#### VII - Enunciado da questão (Legislação Estadual)

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) estabelece no §5º do art. 144 que aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, está a de execução de atividades de Defesa Civil. Na Constituição do Estado do Espírito Santo, o art. 130 estabelece as competências do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Espírito Santo (CBMEES). Seguem-se cinco afirmações sobre esse tema:

I - A competência ao Corpo de Bombeiros Militar de coordenar e executar ações de defesa civil, de prevenção, de combate e perícia relacionados a incêndios e explosões, e de elaborar normas relativas a segurança das pessoas e de seus bens contra incêndios está na Constituição Estadual.

II - A competência ao Corpo de Bombeiros Militar de coordenar e executar ações de defesa civil, de prevenção, de combate e perícia relacionados a incêndios e explosões, e de elaborar normas relativas a segurança das pessoas e de seus bens contra incêndios está na Lei Complementar 3.400/1981;

III - A Constituição Estadual define que o Alvará de Licença Provisório do Corpo de Bombeiros (ALPCB) é o documento emitido pelo CBMES certificando que, após o cumprimento de medidas compensatórias, a edificação possui as condições satisfatórias mínimas de segurança contra incêndio, e estabelecendo um período para execução sequencial das demais medidas exigidas;

IV - O Corpo de Bombeiros Militar, a exemplo da Polícia Militar e da Polícia Civil, compõe uma força auxiliar e reserva do Exército, subordinadas ao Governador do Estado, não podendo se eximir de prestar serviços relevantes para garantia da sociedade na gestão dos riscos de incêndios.

V - O Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Militar, são órgãos da administração pública subordinados ao governador do Estado e à Secretaria de Estado da Segurança Pública, e o Comando Geral de cada órgão nomeado pelo Governador do Estado.

Considerando os órgãos citados no enunciado, quantas dessas afirmações estão corretas?

Alternativa 1 - Duas delas: I e V.



Alternativa 2 - Quatro delas: I, II, III e IV.

Alternativa 3 - Quatro delas: II, III, IV e V.

Alternativa 4 - Apenas a terceira.

Alternativa 5 - Apenas a segunda.

Resultado do julgamento dos recursos: QUESTÃO ANULADA

Justificativa:

Questão ANULADA.

Questão fora do Conteúdo Programático.

#### **Observações sobre as questões anuladas:**

**1 – Todos os recursos impetrados em relação às questões anuladas foram considerados deferidos.**

**2 – Os pontos relativos às questões anuladas SERÃO ATRIBUÍDOS A TODOS OS CANDIDATOS.**

**B - Todos os recursos referentes às demais questões foram considerados “Indeferidos” ou “Improcedentes”.**

**C – O candidato poderá consultar o resultado do julgamento de seu(s) recurso(s) assim como a justificativa dada para o(s) mesmo(s), acessando a **ÁREA DO CANDIDATO**, escolhendo **RECURSOS**, clicando em “Recurso contra o Gabarito Preliminar da Prova Objetiva” e verificando o informado no campo Situação.**

#### **GABARITO DEFINITIVO DO CANDIDATO**

Informamos que se encontra em Publicações a “Prova do candidato e seu Gabarito Definitivo (Consulta Individual)”.

O candidato terá acesso informando seu login/senha.

A letra “N” no gabarito definitivo do candidato significa que a questão foi anulada.



Rio de Janeiro, 09/08/2019  
Instituto Acesso